

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0009972-86.2016.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**  
Requerente: **Auzemiro Gonçalves de Lima**  
Requerido: **Cícero Francisco dos Santos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor cobra do réu a quantia de R\$ 3.500,00 por serviços de assentamento de piso em imóvel que lhe prestou sem que recebesse o valor ajustado.

O réu em contestação não se pronunciou específica e concretamente sobre os fatos articulados pelo autor, limitando-se a asseverar que o mesmo lhe gerou uma dívida de R\$ 4.800,00 por não transferir para o nome dele um automóvel que mencionou.

Posteriormente, o réu a fls. 17/18 reconheceu a prestação dos serviços declinados a fl. 01, mas reiterou que por problemas de um automóvel comprado pelo autor e que ficou indevidamente em seu nome adveio um débito daí oriundo.

Ressalvou, inclusive, que os serviços se destinavam ao abatimento dessa dívida.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Assim posta a questão debatida, reputo que a pretensão deduzida merece acolhimento.

Com efeito, não há controvérsia quanto à prestação de serviços por parte do autor ao réu, a exemplo da falta de impugnação ao valor postulado pelo primeiro.

A divergência surge quando o réu busca estabelecer ligação entre tais fatos e um automóvel que ficou em seu nome mesmo já vendido ao autor, o que lhe causou uma dívida em patamar superior ao dos serviços prestados por ele.

Tocava ao réu produzir provas de suas alegações, mas isso não sucedeu.

O documento de fl. 20 faz menção à assinatura aposta pelo réu no documento hábil à transferência daquele veículo, mas para terceira pessoa (Luiz Fernando da Silva).

Por outro lado, se os documentos de fls. 21/24 cristalizam débitos incidentes sobre o automóvel, é certo que parte deles (fls. 23/24) concerne aos exercícios de 2014 e 2015, quando já reconhecidamente não estava em posse do autor.

O quadro delineado denota que de um lado existe obrigação certa do réu para com o autor, ao passo que de outro o mesmo não se pode falar do autor para com o réu relativamente àquele automóvel.

Significa dizer que poderá o réu valer-se das vias próprias para definir com maior exatidão qual o valor da suposta dívida cabente ao autor, buscando então o seu adimplemento, sem que isso projete efeitos desde já ao débito reconhecido em favor do mesmo.

É por isso que prospera a postulação vestibular, sem prejuízo de poder o réu em sede adequada aprofundar a discussão em torno do assunto que trouxe à colação, mesmo porque aqui inexistem provas seguras que permitissem prontamente definir essa situação.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 3.500,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

São Carlos, 13 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**